ISSN: 2525-457X
Análise Estratégica
v. 40, n.1, dez./fev. 2026

OS DESAFIOS NA TRANSFORMAÇÃO DA DEFESA DA ÁFRICA DO SUL: LIÇÕES PARA O BRASIL?

THE CHALLENGES IN THE TRANSFORMATION OF SOUTH AFRICA'S DEFENSE: LESSONS FOR BRAZIL?

ÉRICO ESTEVES DUARTE

RESUMO

O ensaio discute os resultados da pesquisa "Sul Global, Transição de Poder e Inovações Militares no Século 21", focando na África do Sul. Ele revela que as rivalidades entre China, Rússia e EUA no continente africano eram pré-existentes e se intensificaram desde 2022. A África do Sul, apesar de seu papel estratégico e histórico, enfrenta estagnação nas suas Forças de Defesa e um declínio em capacidades operacionais devido a deficiências institucionais e crises socioeconômicas. Comparações com as forças armadas brasileiras revelam dificuldades semelhantes, como contratações orçamentárias e descontinuidades em programas estratégicos. O ensaio ainda aborda as reformas de defesa desde 1994, destacando que, embora a transformação tenha eliminado o aparato militar do Apartheid, as novas missões geraram conflitos de prioridades, resultando em "fadiga institucional".

Palavras-chave: África do Sul; SANDF; Multipolaridade; Inovação Militar; Indústria de Defesa.

ABSTRACT

The essay discusses the results of the research "Global South, Power Transition, and Military Innovations in the 21st Century," focusing on South Africa. It reveals that the rivalries between China, Russia, and the USA on the African continent were pre-existing and have intensified since 2022. South Africa, despite its strategic and historical role, faces stagnation in its Defense Forces and a decline in operational capabilities due to institutional deficiencies and socioeconomic crises. Comparisons with the Brazilian armed forces reveal similar difficulties, such as budgetary constraints and discontinuities in strategic programs. The essay also addresses defense reforms since 1994, highlighting that, although the transformation eliminated the apartheid military apparatus, the new missions generated priority conflicts, resulting in "institutional fatigue".

Keywords: South Africa; SANDF; Multipolarity; Military Innovation; Defense Industry.

A AUTOR

Professor do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e do PPG em Segurança, Desenvolvimento e Defesa da Escola Superior de Defesa. Pesquisador contratado do Núcleo de Estudos Prospectivos do Centro de Estudos Estratégicos do Exército (NEP - CEEEx) no ciclo 2025-2026. Doutor e Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.



1 INTRODUÇÃO

Este ensaio apresenta um segundo resultado da pesquisa "Sul Global, Transição de Poder e Inovações Militares no Século 21: Estudos comparados entre África do Sul, Emirados Árabes Unidos, Taiwan e Turquia" junto ao Núcleo de Estudos Prospectivos do Centro de Estudos Estratégicos do Exército. Enquanto um primeiro ensaio tratou de impactos políticos e estratégicos da Guerra Russo-Ucraniana na Ásia e suas respectivas mudanças militares em Taiwan, este demonstra que as rivalidades entre China, Rússia e Estados Unidos estavam presentes no continente africano muito antes e apenas foram acentuadas desde 2022. De outro lado, as deficiências institucionais presentes na maioria dos países dessa região, incluindo a África do Sul, fazem com que as disputas regionais e extrarregionais tenham outras formas de ameaças que as convencionais e estatais, como ocorre em outras partes do globo. Como consequência, a África do Sul tem apresentado, com dificuldade, senão fracassos, poucas inovações militares.

A África do Sul é um caso que merece atenção brasileira por ser, possivelmente, o país mais relevante em nosso entorno estratégico, depois da Argentina. Historicamente, ela controla a passagem entre os oceanos Atlântico e Índico. Entre os anos 1970 e 1980, foi o propositor de uma Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAS). Isso implicava autorizar a presença militar norte-americana e europeia, o que sofreu grande resistência do Brasil e a criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul como contraponto (Duarte, 2015; Hurrell, 1983; Teixeira; Melo, 2019). Apesar do declínio nos últimos 20 anos, é o país com maior PIB e capacidade autóctone de defesa do continente africano. Além disso, é um dos países com mais destacada atuação diplomática regional e internacional como membro da Iniciativa IBAS, BRICS e G-20 (Alden; Vieira, 2005; Visentini, 2012). Por fim, foi parceiro do Brasil em projetos militares como o desenvolvimento do míssil ar-ar A-Darter e por meio de acordo de cooperação em defesa desde 2003 (Agência Brasil, 2024; Bortoli; Pelliccioli, 2019; Brasil, 2003, 2005).

É importante reconhecer que a maior parte da literatura especializada sobre a África do Sul aponta uma condição de estagnação ou declínio em capacidades efetivas das Forças de Defesa Nacional da África do Sul (no acrônimo em inglês, SANDF). Elas não teriam mais condições operacionais e a indústria de defesa do país estaria perdendo competitividade, culminando na impossibilidade de inovação militar e de tecnologias relacionadas. Os baixos índices de desenvolvimento socioeconômico e as crises de corrupção e governabilidade levariam ao declínio da África do Sul no equilíbrio de poder regional, que geraria um vácuo que poderia contribuir ainda mais para a incidência de crises interestatais e não estatais (Alden; Schoeman, 2015). Por essas razões, as lideranças políticas sul-africanas teriam falhado na consecução das políticas externa e de defesa (Costa, 2023; Hamil, 2016, p. 127–129, 131; Mandrup, 2018, p. 139).

Nesse sentido, seria também possível apontar dificuldades similares entre as forças armadas sul-africanas e brasileiras. Elas possuem contração orçamentária por um longo período; possuem baixa prioridade no Parlamento; são recorrentemente demandadas para emprego em missões subsidiárias e domésticas, como em situações de grave desordem pública e proteção de fronteiras; seus programas estratégicos também foram descontinuados por deficiências organizacionais de planejamento dentro e acima do Departamento/Ministério de Defesa; possuem reconhecido destaque na atuação em operações de paz e humanitárias; a indústria de defesa teve seu ápice nos anos 1980 e vem tendo um desenvolvimento irregular desde então; e, por fim, ambos setores de defesa foram afetados por crises políticas e de corrupção que vêm passando os dois países desde meados dos anos 2010.

Além disso, Brasil e África do Sul compartilham várias iniciativas multilaterais internacionais na área de defesa e segurança e possuem elevada convergência em questões de segurança internacional nas Nações Unidas (Seabra; Sanches, 2019).

O presente ensaio, ao lançar mão de análises histórica e organizacional para inferir as atuais capacidades operacionais e para inovação das SANDF, oferece uma perspectiva complementar que permite contextualizar o caso sul-africano, de maneira a oferecer lições a serem aprendidas. Desde 1994, para desmonte do aparato militar do regime do Apartheid, todo o setor de segurança e defesa da África do Sul foi transformado em termos constitucionais, institucionais e sociais. Criaram-se leis e regulamentos, departamentos e órgãos no executivo, parlamento e sociedade civil, além de um longo processo de mudança de cultura organizacional dos vários ramos de suas forças de segurança e defesa. É importante destacar que foi necessário desmobilizar e reintegrar mais de 120 mil militares de oito contingentes distintos e dispostos em grupos antagônicos. Já a indústria de defesa sul-africana dos anos 1980 envolvia mais de duas mil companhias e 30 mil funcionários que, apesar do sucesso em exportação e inovação tecnológica, drenava tantos recursos que contribuiu para a insustentabilidade econômica do regime do Apartheid.

Um panorama mais completo da África do Sul deve considerar que essas reformas atenderam ao principal objetivo original: o desmonte do aparato militar do regime do Apartheid. No entanto, ao passo que sucessivas administrações sul-africanas elencaram novas missões para as SANDF, como operações humanitárias em várias partes do continente, e novos objetivos contraditórios que tornaram as políticas e revisões de defesa impraticáveis. Entre eles, ganho de efetividade operacional sem expansão do orçamento nem redução do desdobramento das forças ou corte substantivo de pessoal. Como resultado último, as SANDF culminaram um estágio de "fadiga institucional", o que parece ter sido superado por meio da atuação mais contínua e qualificada do seu Parlamento.

O ensaio está dividido em mais quatro partes. Primeiro, ele realiza uma análise do entorno estratégico sul-africano, começando pelos padrões de conflitos do continente e os desafios pelas presenças militares de China, Rússia e Estados Unidos. Segundo, analisam-se as reformas em defesa conduzidas desde 1994 e suas implicações nas capacidades operacionais das SANDF. Terceiro, o artigo analisa a reestruturação da indústria de defesa e sintetiza indicadores mais recentes de sua performance em comparação com outros países em nível equivalente de desenvolvimento. Por fim, ele tece algumas considerações finais.

2 O PANORAMA ESTRATÉGICO DO CONTINENTE AFRICANO DO SUL E A PRESENÇA DE POTÊNCIAS EXTRARREGIONAIS

A atual configuração da maioria dos Estados do continente africano ainda é fruto da colonização europeia e da imposição de fronteiras artificiais, além da escravização, que resultou na criação de instituições nacionais militares, administrativas e fiscais frágeis. Como resultado, esses países possuem soberanias e fronteiras porosas, de maneira que coexistem múltiplas autoridades públicas e privadas no controle de territórios e populações (Besley; Reynal-Querol, 2012; Whatley, 2022). Outras consequências são as limitações logísticas e de recursos nacionais que levam os atores estatais e não estatais a fazer uso de formas irregulares de combate. Entre eles, citam-se o uso de crianças-soldado, a violência sexual em massa, a instrumentalização do tribalismo e a mobilização de discursos religiosos fundamentalistas e étnicos. Características ambientais desfavoráveis — como florestas impenetráveis, falta de infraestrutura e diversidade linguística — também contribuem para uma maior incidência de formas não convencionais de guerra (Silva, 2022, p. 15–16).

Outro aspecto é a maneira como os Estados africanos e potências extrarregionais operam por meio de guerras por procuração. A continuidade das rivalidades entre Estados, disfarçadas como conflitos internos, deixa claro que muitos grupos rebeldes servem como ferramentas da política externa de Estados da região ou de fora dela (Silva, 2022, p. 21–22). Contemporaneamente, a intervenção de atores externos por procuração persiste, como no apoio de Ruanda ao M23 na República Democrática do Congo. Estas dinâmicas alimentam as deformações estruturais dos Estados africanos e mantêm a sua dependência de assistência militar externa (Dincecco; Fenske; Onorato, 2019).

A regionalização dos conflitos armados africanos é um resultado da fragilidade estatal e da permeabilidade das fronteiras. A instabilidade de um país geralmente se espalha para as nações vizinhas, criando áreas de soberania restrita e oportunidades para a influência de potências regionais e extrarregionais. As partes beligerantes das guerras civis e de independência durante a Guerra Fria foram apoiadas por coalizões. Vide o caso de Angola, que contou com o envolvimento de Estados Unidos, países europeus e setores vinculados ao regime do Apartheid sul-africano de um lado, e da União Soviética, Cuba e grupos apoiados por forças sul-africanas contrárias ao Apartheid de outro, sendo que a China alternou seu apoio. Essas condições têm duas implicações contemporâneas.

Por um lado, grupos outrora insurgentes – como a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e o Conselho Nacional Africano (CNA) da África do Sul – obtiveram abrigo e suporte transfronteiriço, solidificando redes de apoio político e militar entre eles (Stapleton, 2010, p. 61–169). Após ascenderem à condição de dirigentes dos seus respectivos países, essas conexões geraram um tipo particular de solidariedades ideológicas transnacionais entre elites políticas. Sem esse fundo histórico, não é possível entender a relativa estabilidade na África Austral durante o desmonte do aparato militar sul-africano do Apartheid.

Em contrapartida, as operações de paz sob a égide das Nações Unidas e da União Africana, assim como por intermédio de blocos regionais e, principalmente, mediante acordos bilaterais, também se configuram como um meio de regionalização de conflitos e disputas de poder por procuração. Por exemplo, na região oriental da República Democrática do Congo (RDC), a Organização das Nações Unidas (ONU), a União Europeia (UE), a Comunidade da África Oriental (EAC) e a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) têm se envolvido em operações sucessivas e simultâneas que, às vezes, colaboram, às vezes se confrontam. No norte de Moçambique, a SADC tem liderado uma campanha de contrainsurgência, novamente com considerável apoio de Ruanda, por meio de um acordo bilateral com Maputo, além da contratação da empresa militar privada russa African Corps (antigo Grupo Wagner) (Williams, 2024, p. 1).

Por essas razões, pelo menos desde o fim da Guerra Fria, a África não se encontra sob uma hegemonia ou unipolaridade sul-africana, ou de qualquer outro país. O fato de a África do Sul ter saído derrotada na sua intervenção militar em Angola e ter sido contida pela Linha de Frente (aliança de países da África Austral, liderada pela Tanzânia e Zimbábue, criada para coordenar o apoio aos movimentos de libertação que lutavam contra os regimes coloniais e minoritários brancos na região) são evidências disso. Somado a isso, a ascensão de outros países africanos econômica e militarmente e as alternâncias de projeção de poder militar extrarregional denotam que o continente africano é um subsistema multipolar desde a Guerra Fria. Por fim, a maior parte das principais potências militares africanas se encontra em processo de construção do Estado e a África do Sul em processo de reconstrução (Silva, 2016, p. 573–578).

O PIB nominal da África do Sul foi estimado em cerca de US$ 401 bilhões em 2024, enquanto o PIB per capita foi calculado em aproximadamente US$ 5.975 (Banco Mundial, 2024).

Embora continue sendo uma das principais economias do continente, o país está crescendo de forma surpreendentemente lenta: a taxa de crescimento real do PIB caiu de aproximadamente 4,9% em 2021 para meros 0,58% em 2024 (FMI, 2024). Essa desaceleração é um reflexo de fragilidades estruturais que ainda persistem, ligadas a um baixo dinamismo na produção, alta desigualdade social e dificuldades no ambiente de investimento (Gil Analytics, 2024). Estes fatores apontam para a incapacidade da economia sul-africana de manter um crescimento constante e inclusivo. Assim, mesmo retomando o primeiro lugar entre as economias do continente do Egito (US$ 347 bilhões), o crescimento da África do Sul ainda é limitado se comparado ao potencial de economias emergentes menores (A Voz da África, 2025).

A África do Sul mantém um efetivo de cerca de 69 mil soldados e dispõe da indústria de defesa mais desenvolvida do continente, mas enfrenta sérias limitações orçamentárias, com efeitos sobre a prontidão de suas unidades e manutenção de seus meios, apesar de ainda apresentar o maior orçamento de defesa na África subsaariana, em torno de 2,9 bilhões de dólares em 2024 (IISS, 2025a, p. 447). Sua força terrestre permanece robusta, com tanques Olifant Mk2 e mais de 1.400 carros blindados. Porém, suas unidades regulares e de reserva encontram-se com efetivos reduzidos (IISS, 2025a, p. 498).

Sua força aérea perdeu quase completa capacidade operacional. Sua aviação de caças de combate conta com apenas uma aeronave Gripen C (JAS-39C) disponível, de um inventário de 14 unidades, e duas Gripen D (JAS-39D) em operação de 7 unidades. Já sua aviação de transporte conta apenas com um C-130 Hercules operacional. Consequentemente, as forças terrestres das SANDF não podem contar com apoio aéreo, o que ficou patente nas operações recentes em Moçambique e Congo (IISS, 2025a, p. 452, 499).

O Egito possui o maior efetivo militar nominal e força terrestre blindada das regiões da África e Oriente Médio somadas: 438 mil soldados servidos por 1,3 mil tanques M1A1 Abrams. Somado a isso, possui a maior marinha do norte da África. Porém, possui um orçamento de defesa constantemente reduzido. Em 2024, ele foi limitado a 3,8 bilhões de dólares, com indícios de mais cortes em 2025. Por essas e outras razões, seu complexo industrial de defesa é apontado como moribundo (IISS, 2025a, p. 324). Isso tudo tem impactos severos sobre sua capacidade operacional efetiva de suas forças. Por exemplo, apesar de numerosa, sua força aérea composta por F-16, Rafale, MiG-29M e Su-35, ao ser muito diversificada, impõe custos ainda maiores para sua manutenção. Consequentemente, 64% da sua frota aérea encontra-se envelhecida e com limitadas condições de emprego (IISS, 2025a, p. 313, 322).

A Etiópia apresenta um dos maiores efetivos militares do continente, estimado em 140 mil soldados regulares de um contingente total de 500 mil, com experiência acumulada em operações internas e regionais. Sua força terrestre é robusta, composta por mais de 300 tanques e 1.500 veículos blindados, e constitui o principal vetor de poder do país. No entanto, o setor aéreo etíope ainda depende de aeronaves doadas e carece de modernização e manutenção adequadas, embora conflitos recentes tenham impulsionado a aquisição de novos equipamentos e o aumento do seu emprego operacional. A Nigéria, por sua vez, combina um efetivo de 160 mil militares com uma estrutura de modernização em andamento, especialmente nos segmentos aéreo e logístico. O país tem investido em helicópteros, drones e sistemas de vigilância para enfrentar ameaças internas e insurgências, integrando suas forças em um esforço multifacetado de segurança nacional. Apesar disso, persistem desafios significativos em manutenção, treinamento e coordenação interforças, que limitam o pleno aproveitamento do potencial de suas forças armadas. Já Ruanda possui um contingente menor, estimado em cerca de 33 a

35 mil militares, mas apresenta alto grau de profissionalização e prontidão operacional. O país destaca-se pelo emprego eficiente de suas tropas em missões regionais e operações de paz, evidenciando uma força terrestre bem treinada e de resposta rápida. Sua capacidade aérea é restrita, centrada em helicópteros de ataque e de transporte, sem frota moderna de jatos de combate, o que limita a projeção de poder para além de seu entorno imediato.

Um indicador adicional de comparação é a contribuição em operações de paz, em que se destacam outros países além dos supracitados na Tabela 1 abaixo. Em 2024, havia nove operações de paz das Nações Unidas ativas no continente africano, mas a África do Sul participava diretamente com tropas terrestres apenas no Congo, com um contingente total estimado em cerca de 1.100 militares e policiais uniformizados (United Nations, 2024; IISS, 2025, p. 499). Em contraste, países como Ruanda, Gana e Etiópia figuram há quase uma década entre os maiores contribuintes africanos, seguidos por Senegal, Marrocos e Egito. Observa-se que, embora países como Gana mantenham contingentes menores em termos absolutos, sua presença simultânea em múltiplas missões aumenta proporcionalmente seu peso político e diplomático regional. Em contrapartida, Etiópia e Ruanda continuam a concentrar grandes efetivos em missões no Sudão, Sudão do Sul e República Centro-Africana, reafirmando suas ambições de liderança regional e de projeção de estabilidade em seus entornos imediatos (Prinsloo, 2019, p. 28–29). Nesse contexto, apesar de um histórico de grandes contribuições, a África do Sul enfrenta o desafio de manter sua credibilidade como ator regional, com uma participação menos significativa em relação a países em condições econômicas e militares inferiores.

Tabela 1 - Ranking de Países Africanos em Atuação em Operações de Paz em 2024.

Posição	País	Efetivo (uniformizado)	Local
1	Ruanda	4.659	República Centro-Africana e Mali
2	Gana	2.194	Congo
3	Marrocos	1.660	Sahel e República Centro-Africana
4	Egito	1.467	Sudão e Mali
5	Etiópia	1.486	Sudão do Sul, Darfur, Burundi e Somália
6	Senegal	1.215	República Centro-Africana e Sudão do Sul
7	África do Sul	1.106	Congo
8	Camarões	749	Mali
9	Zâmbia	910	Congo e Sudão do Sul
10	Tunísia	759	República Centro-Africana

Fonte: United Nations, 2024.

Ainda assim, a área em que a África do Sul possui destacada vantagem é em representações diplomáticas: 125 missões em 107 países, além de receber 341 missões diplomáticas, consulados e organizações internacionais em seu território. Isso favorece a intensa agenda regional e internacional da política externa do país, constantemente tentando centralizar-se como a "voz da África" nos fóruns internacionais, como a ONU e BRICS, e controlar as organizações multilaterais regionais, como a União Africana e SADC (Costa, 2023, p. 26). De outro lado, ela possui substantiva dificuldade em se manter como uma liderança regional frente à multiparidade regional acrescida das crescentes presenças militares de China, Rússia e Estados Unidos.

No contexto pós-Guerra Fria, a China vem aumentando sua atuação e presença militares na África, por meio de venda de armas, assistência militar e, principalmente, projetos navais. Isso tornou irremediável a aproximação pela África do Sul.

A China disputa com a Rússia a posição de maior exportador de armamentos para o continente africano, saltando de US$ 102 milhões em 2022 para US$ 306 milhões em 2023 (Candé, 2025, p. 9; SIPRI, 2024). No entanto, a China se destaca no uso da comercialização de armas para reforçar as suas iniciativas de assistência militar na África Subsaariana. Com isso, ela patrocina o Fórum de Defesa e Segurança China-África. Sua terceira edição, em 2023, reuniu em torno de 100 altos representantes dos departamentos de defesa de 50 países africanos e da União Africana. Entre eles estavam 15 ministros da defesa e chefes de estado-maior, para discutir novas abordagens da cooperação em segurança (Lammich, 2025).

A projeção de poder militar chinês destaca-se por meio de sua marinha e projetos de construção e administração de portos na África. Entre 2009 e 2018, a marinha chinesa despachou cerca de 26.000 marinheiros e soldados para a África Subsaariana. Durante esse período, a China fez 19 exercícios militares, 44 escalas navais, 46 missões de escolta antipirataria e operações de treinamento, nas quais sua base naval no Djibuti desempenha um papel importante desde 2017. Além dela, a China financia, constrói e gerencia 53 portos na África Subsaariana. Desses, onze são geridos por empresas chinesas e 36 portos da região já receberam embarcações da marinha chinesa. É importante destacar que a maioria dos países da região possui dívidas com o governo chinês, que geram oportunidades exploradas por Pequim na expansão do controle dos portos construídos ou financiados por suas empresas (Candé, 2025, p. 7-10).

Entretanto, a África do Sul ainda mantém distanciamento da China para além de questões econômicas (Alden; Wu, 2021, p. 41–42, 58, 51, 54). Isso demonstra que a África do Sul ainda não possui uma abordagem para desenvolver uma cooperação em defesa equilibrada com a China e seus principais rivais na Ásia e no continente africano. Historicamente, a Índia é um parceiro importante da África Oriental como um todo, e Irã, Emirados Árabes Unidos e Turquia expandem sua presença em questões de defesa na região, realizando cimeiras, fechando acordos de cooperação e ofertando material e investimentos com aparentemente menos riscos e condições que os chineses. Por fim, Rússia e China também são rivais na África desde a Guerra Fria.

Após a perda por um curto prazo de tempo, a Rússia recuperou sua posição de maior fornecedor de armamentos para a África, controlando 21% desse mercado, além de crescente número de acordos de cooperação em defesa. Desde a ascensão de Putin e, principalmente, após o início das hostilidades na Ucrânia, em 2014, a Rússia busca apoio político, econômico e diplomático dos países africanos para enfrentar as pressões políticas e sanções econômicas do Ocidente. O posicionamento ambíguo ou neutro de um relevante número desses países, após o início da fase de alta intensidade de conflito em 2022, denota o relativo sucesso dessa agenda (Maphaka; Rapanyane; Nkuna, 2024, p. 151; Spektor, 2023).

Essa conjuntura convergiu com a guinada mais ideológica e assertiva da política externa sul-africana, durante a administração Zuma (2009-2018). Com isso, a África do Sul endossou declarações de apoio à Rússia na anexação da Crimeia e às operações militares russas na Ucrânia em 2014 (Alden; Wu, 2021, p. 43). Diante da invasão russa à Ucrânia em fevereiro de 2022, a África do Sul inicialmente condenou a ação, defendendo, na ONU, a retirada imediata das tropas russas. Poucos dias depois, o presidente Cyril Ramaphosa reviu essa posição, criticando a ministra das Relações Exteriores por agir sem consulta prévia. Em nova votação na ONU, Pretória se absteve, alinhando-se

aos russos e defendendo o papel da organização como mediadora do diálogo e da redução de tensões (Alden; Schoeman, 2025, p. 80–81). Desde então, a manutenção de uma neutralidade inclinada à Rússia tem gerado tensões internas entre os departamentos de Relações e Cooperação Internacionais e de Defesa e externas com os Estados Unidos. De um ponto de vista militar, a África do Sul realizou exercícios militares e fechou contratos de venda e desenvolvimento de armamentos com a Rússia (Masters; Landsberg, 2024, p. 12–13). Entretanto, para além disso, esse posicionamento tem oferecido poucas recompensas adicionais, apesar do seu risco frente a potenciais retaliações de Estados Unidos e europeus. Do ponto de vista político, Rússia, como a China, são apáticas em apoiar a África do Sul em fóruns multilaterais, com destaque para a inclusão da África do Sul no Conselho de Segurança da ONU, enquanto a posição exclusiva, como "voz da África" nos BRICS, foi diluída com a entrada de Egito e Etiópia (Alden; Schoeman, 2025, p. 80). Do ponto de vista econômico, a Rússia mantém seu mercado doméstico fechado às empresas sul-africanas (Maphaka; Rapanyane; Nkuna, 2024, p. 158). Por fim, a expansão do grupo mercenário russo African Corps gera insegurança e constrangimentos, principalmente tendo em vista o legado negativo de mercenários na história militar recente na África Austral (Neethling, 2023).

No que se refere à atuação dos Estados Unidos na guerra ao terror, essa teve relevantes impactos na África subsaariana, no esforço de neutralizar franquias da Al-Qaeda, Estado Islâmico e outros radicais islâmicos. Sua presença militar no Djibuti, Quênia, Somália, Camarões e Seychelles, além da intervenção na Líbia, vem tendo efeitos desestabilizadores do ponto de vista sul-africano. Isso explica a pouca disposição da África do Sul em colaborar com o US AFRICOM, embora possuam interesses convergentes na qualificação dos países africanos em operações de contrainsurgência e multilaterais (Neethling, 2015, p. 17; Solomon, 2014, p. 11–112, 117). Os incidentes diplomáticos e comerciais com a atual administração Trump não ajudam o desenvolvimento de uma parceria alternativa crível que venha a servir de contraponto ou anteparo à já incômoda dependência econômica da China e às parcerias com a Rússia (IISS, 2025b). Ao se ver sem margem de manobra para reafirmar uma posição de distanciamento equidistante entre as grandes potências, a euforia anterior com relação aos BRICS, como uma alavanca para a projeção sul-africana, dá lugar à preocupação quanto a uma posição cada vez mais marginal e subordinada a interesses chineses e russos (Alden; Schoeman, 2025, p. 73-77; Fagbadebo; Netswera, 2022; Maphaka; Rapanyane; Nkuna, 2024, p. 151–152). Isso ficou patente na série de exercícios Mosi, em que a África do Sul realizou manobras com as marinhas da China e Rússia em 2019 e 2023, para perplexidade dos Estados Unidos. Sua terceira edição, prevista para novembro de 2025, foi postergada para evitar sobreposição de datas com a cúpula do G-20 na Cidade do Cabo e constrangimentos políticos adicionais.

3 A TRANSFORMAÇÃO DAS FORÇAS DE DEFESA NACIONAL DA ÁFRICA DO SUL

As SADF não apenas refletiram a consolidação do nacionalismo africânder[1], mas também desempenharam papel estratégico na sustentação política e simbólica do regime segregacionista (Gopaul; van der Lingen; Oosthuizen, 2024, p. 69; Stapleton, 2010, p. 154–156). Elas foram exten-

1 Africander, ou Afrikaner, refere-se aos descendentes de colonos europeus, principalmente holandeses, além de alemães e franceses huguenotes, que se estabeleceram na África do Sul no século XVII e formaram uma identidade própria, incluindo a língua afrikaans. Representam um grupo étnico-cultural vinculado ao nacionalismo bôer.

sivamente empregadas de maneira ostensiva e clandestina na África Austral, e domesticamente no apoio de polícias militarizadas, servidas por serviços de inteligência para controle da população negra (Esterhuyse, 2019, p. 7–9; Heinecken, 2020, p. 5–6).

O governo sul-africano também criou forças territoriais de defesa em áreas segregadas nas regiões centrais e orientais do país, próximas às fronteiras com Zimbábue e Moçambique e em regiões formadas por populações negras mais aguerridas na contestação ao regime político africânder (Stapleton, 2010, p. 156). Assim, apesar de ter sido majoritariamente branca, as SADF também foram reforçadas por grupos étnicos negros oriundos de várias partes da África Austral (Bollinger, 2023; Matthews; Koh, 2021, p. 256).

Essas origens e missões das SADF explicam a prioridade de sua profunda reforma — junto com os aparatos industriais, policiais e de inteligência - na transição pós-apartheid, que vão muito além de aspectos organizacionais e envolvem transformações políticas e sociais (Heinecken, 2020, p. 2). Entretanto, nenhuma delas foi imposta, mas negociada entre as várias partes, desde 1994, como parte de um acordo de paz e elaboração de uma nova constituição (Cawthra, 2005, p. 96).

A nova liderança do país sob o partido político Congresso Nacional Africano (CNA) teve que desmobilizar e integrar integrantes de oito contingentes militares que eram territorial, social e organizacionalmente distintos em dois grupos antagônicos. De um lado, destacavam-se a antiga SADF e as forças paramilitares de Transkei, Bophuthatswana, Venda e Ciskei (TBVC) e *KwaZulu Self-Protection Force* (KZSPF). Do outro lado, o CNA constituía o principal movimento de resistência política negra ao regime do apartheid na África do Sul. Após a intensificação da repressão estatal nos anos 1950, ele criou, em 1961, seu braço armado, *Umkhonto we Sizwe* (MK), dedicado a ações de sabotagem contra alvos estatais e infraestrutura estratégica. Paralelamente, o Congresso Pan-Africanista surgiu em 1959 como dissidência do CNA por defender uma linha mais radical de nacionalismo africano, também foi banido pelo governo e organizou seu próprio braço armado, o Poqo (posteriormente reorganizado como APLA – *Azanian People's Liberation Army*). O Poqo/APLA adotou com maior frequência ações insurrecionais e ataques diretos contra representantes do regime.

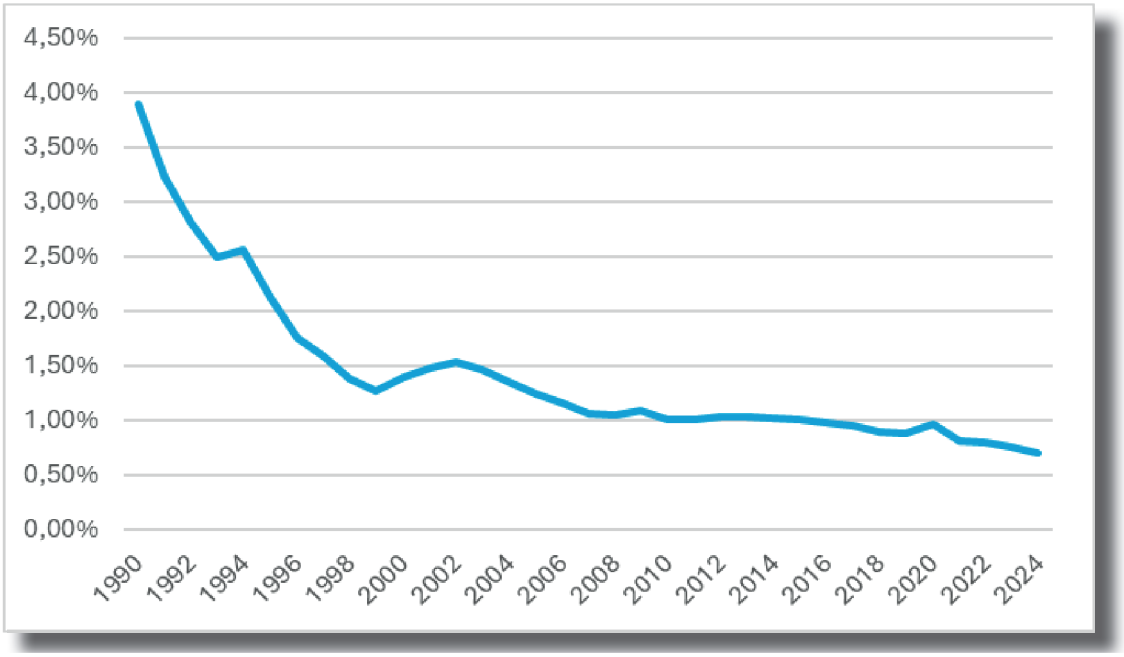
O processo de desmobilização de 129 mil combatentes para reestruturação organizacional para uma nova força de 70 mil soldados foi marcado por tensões políticas e operacionais, mas não se configurou como um processo impositivo (Cawthra, 2005, p. 96–97). As negociações de alto nível ocorreram em Kempton Park, no âmbito da Convenção para uma África do Sul Democrática (CODESA), em que o CNA demonstrou liderança e capacidade de articulação. Foram criados dois órgãos centrais: o *Transitional Executive Council* (TEC), responsável pela transição democrática, e o *Joint Military Coordinating Committee* (JMCC), encarregado da supervisão das forças de segurança pública, com representantes da SADF e das forças territoriais de defesa. Estabeleceu-se, ainda, a *National Peacekeeping Force* (NPKF), que atuou como válvula de escape institucional e instrumento de estabilização durante o período eleitoral. Esse arranjo político-militar assegurou que a integração das forças armadas se desse sob parâmetros negociados, preservando o equilíbrio entre reconciliação nacional, segurança interna e reinserção regional da África do Sul (Stapleton, 2010, p. 191; Waag, 2018, p. 345–346, 349).

Esses processos políticos e institucionais foram acompanhados de políticas de ação afirmativa e igualdade de oportunidades. Em consequência, muitos militares de longa carreira deixaram o serviço, atraídos por pacotes de aposentadoria vantajosos e pela percepção de que enfrentariam limites de progressão futura. Paralelamente, diversos cargos permaneceram vagos para o cumprimento de metas de representatividade racial e de gênero. Esses fatores resultaram, por um lado, na erosão

acelerada da capacidade técnica e operacional das SANDF e, por outro, em um elevado gasto com custos de pessoal (Heinecken, 2020, p. 33; Mandrup, 2018, p. 138; Waag, 2018, p. 344).

Os legados econômicos do Apartheid e sua transição e a baixa legitimidade das SANDF na sociedade e Parlamento impactaram na redução de recursos orçamentários para defesa (ver Gráfico 1), que agravaram as fragilidades mencionadas acima (Cawthra, 2005, p. 100; Mandrup, 2018, p. 139). Neste sentido, destaca-se a dificuldade na estruturação e qualificação de pessoal em gestão de defesa para as comissões de controle parlamentares e o Departamento de Defesa na primeira década dessas reformas (Cawthra, 2005, p. 97–98; Heydenrych, 2024, p. 30–31).

Gráfico 1 - Percentual Orçamentário de Defesa da África do Sul em relação ao PIB



Fonte: SIPRI, 2025.

Isso também explica a redução do contingente sul-africano em operações de paz nos últimos dez anos e, simultaneamente, o aumento das operações domésticas, sobretudo em atividades de proteção de fronteiras. Essa reorientação reflete uma mudança de foco: a política de defesa passou a privilegiar os interesses nacionais de segurança, relegando a atuação externa — antes marcada pela ênfase em operações de paz e engajamento regional — a um papel secundário no emprego das SANDF (Heinecken, 2020, p. 24–25).

Comparativamente, as reformas das polícias se mostram um desafio maior para a África do Sul, tendo em vista a enorme desigualdade socioeconômica herdada do regime anterior (Cawthra, 2005, p. 102). Consequentemente, as SANDF desempenham um papel central em funções domésticas, apesar da política oficial de limitar sua atuação a missões externas. Durante a década de 1990, cerca de 6.000 soldados atuavam diariamente, em cooperação com as forças policiais, especialmente em operações de controle de fronteiras, combate ao crime, auxílio humanitário e resposta a desastres. Em 2003, o governo transferiu o controle das fronteiras à polícia, mas reverteu a decisão em 2009, sem dotação orçamentária ou reestruturação institucional adequada. Nos anos recentes, o retorno do emprego militar interno reflete tanto deficiências operacionais quanto a crescente pressão sobre a segurança nacional. As SANDF mantêm cerca de 15 companhias em patrulhas fronteiriças — número

inferior ao necessário — e participam de missões de combate à imigração ilegal, caça clandestina, crimes ambientais e apoio em desastres naturais. Ademais, desde 2015, com a Operação *Fiela-Reclaim*, o exército passou a atuar diretamente em funções de ordem pública e policiamento, após surtos de violência xenofóbica, visando coibir armas ilegais, drogas e outros crimes, o que demonstra uma tendência de remilitarização das funções de segurança interna (Heinecken, 2020, p. 25, 27).

Do ponto de vista organizacional, as transformações políticas e sociais graduais sugerem inevitavelmente a existência de resistências burocráticas e um longo processo de mudanças dentro das SANDF e do Departamento de Defesa. Levaram-se quase dez anos desde 1994 para que a população de maioria negra estivesse representada nesses órgãos; ainda assim, existem feudos e procedimentos que reduzem a eficiência das atividades administrativas de defesa (Heinecken, 2020, p. 71, 77–78; Waag, 2018, p. 365).

A reestruturação das SANDF levou à criação do *Flexible Service System* (FSS), baseado em três categorias de serviço: *Long-Term Service* (LTS), voltado à formação de quadros técnicos e de gestão; *Medium-Term Service* (MTS), de caráter intermediário; e *Short-Term Service* (STS), destinado a funções operacionais. Contudo, a ausência de planejamento de carreira e de políticas de renovação resultou em uma força envelhecida, com média etária entre 32 e 37 anos, além de problemas de estagnação hierárquica, indisciplina e baixa moral. A limitada incorporação de novos recrutas também comprometeu a renovação do contingente da força de reserva, frustrando o ideal de uma estrutura equilibrada entre efetivo regular e reserva ativa (Waag, 2018, p. 354).

Em 2003, o governo introduziu o *Military Skills Development System* (MSDS) para enfrentar a crise de pessoal, priorizando a formação rápida de jovens soldados e a sustentação das reservas com quadros treinados. O sistema previa uma composição de 40% de militares em serviço de curto prazo, 40% de médio prazo e 20% de carreira longa, alinhando-se a modelos internacionais de emprego temporário e reinserção civil pós-serviço. Contudo, o modelo *up-or-out*, que previa saídas planejadas e reposição contínua, nunca se concretizou. O desequilíbrio financeiro tornou-se evidente: o ideal de gastos de 40% em pessoal, 30% em operações e 30% em capital nunca foi cumprido (Heinecken, 2020, p. 31–33; 33). Atualmente, os gastos com pessoal chegam a 66%, 27% em operações e apenas 6,8% em investimentos (National Treasure, 2024).

Entretanto, note-se que a maioria dos militares incorporados das forças do período do Apartheid foi para a reserva em 2024. Além disso, uma nova cultura organizacional vem sendo criada por meio de programas de educação para que oficiais e soldados compreendam os conceitos de política democrática, constitucionalismo, relações civis-militares democráticas, obrigações profissionais militares e direito internacional humanitário (Cawthra, 2005, p. 95; Heinecken, 2020, p. 78).

Notadamente, o setor de defesa da África do Sul sofreu de "fadiga institucional" por volta de 2015, sobrecarregado por novas políticas e práticas e excesso de reformas. Houve muitas mudanças em um curto prazo de tempo, acompanhadas de transformações institucionais radicais, embora ainda incompletas. Essa fadiga foi agravada pelas sérias acusações de corrupção na administração Jacob Zuma (2009-2018), que foram relacionadas a programas de modernização das SANDF. Por fim, esse foi o período em que se tentou implantar a *Defence Review*, de 2015, mais propositiva e ambiciosa, que, de fato, não teve condições de implementação, sugerindo desarticulação entre a formulação e execução das políticas de defesa (Mandrup, 2018, p. 137).

Nesse sentido, embora o desmonte do aparato militar tenha sido concluído, a África do Sul fracassou nas reformas e objetivos de defesa adicionais. Sem conclusão de uma nova governança da defesa e decisão sobre o dimensionamento dos custos de se ter forças de pronto emprego inter-

nacional, o desdobramento das SANDF em sucessivas operações humanitárias e de apoio a países vizinhos as colocou em risco de paralisia operacional de suas forças aéreas e navais, além de vários incidentes por falta de condições de suas tropas e material.

Desde então, houve avanços na atuação dos comitês parlamentares especializados. O *Joint Standing Committee on Defence* (JSCD) é o órgão parlamentar da África do Sul que fiscaliza e recomenda políticas de defesa, envolvendo orçamento, estrutura, armamentos, moral e prontidão das Forças Armadas. Formado por integrantes da Assembleia Nacional e do Conselho Nacional de Províncias, o JSCD possui amplo acesso a informações, controle político e pode responsabilizar diretamente o Ministro da Defesa, além de contribuir na formulação de diretrizes estratégicas para o setor. O *Portfolio Committee on Defence and Military Veterans* (PCDMV) acompanha os aspectos de gestão da governança de defesa, como a execução de políticas e leis e administração pelo Departamento de Defesa. Suas atribuições incluem supervisionar a estrutura institucional, coordenar entre departamentos e monitorar a formação militar, além de temas como igualdade de gênero, raça, moral das tropas e infraestrutura de defesa. Enquanto o JSCD tem uma atuação política mais ampla, o PCDMV é o núcleo técnico de governança e controle legislativo do setor de defesa sul-africano (Ambros, 2017, p. 157–159; Cawthra, 2005, p. 89; Heinecken, 2020, p. 61–63).

De 2015 a 2022, o JSCD aumentou sua frequência de 7 para 19 reuniões anuais, e o PCDMV realizou em média 22 dessas reuniões por ano. Apesar da baixa prioridade dos temas de defesa nos plenários parlamentares, houve melhora na resposta a questionamentos legislativos — das 616 perguntas apresentadas, quase todas foram respondidas. As investigações especiais sobre defesa também se fortaleceram, com destaque para o simpósio de 2020 sobre o futuro das SANDF e a criação de grupos de trabalho voltados a denúncias de corrupção no Departamento da Defesa. Embora as missões de estudo tenham permanecido limitadas, o número de visitas de supervisão in loco aumentou. O controle externo, conduzido pelo Auditor-Geral, consolidou-se como instrumento essencial de transparência, com relatórios e briefings anuais. De modo geral, observa-se uma trajetória ascendente na supervisão parlamentar e na fiscalização de aquisições de defesa, contribuindo para o fortalecimento da governança e da prestação de contas no setor de defesa sul-africano (Heydenrych, 2024, p. 31–32).

4 REDIMENSIONAMENTO E REESTRUTURAÇÃO DA INDÚSTRIA DE DEFESA DA ÁFRICA DO SUL

A indústria de defesa sul-africana passou por uma profunda transformação após o fim do Apartheid. De um complexo industrial-militar vasto, isolado por sanções internacionais e focado na autossuficiência para sustentar as necessidades de segurança do antigo regime, que contribuíram para distorções estruturais e para a performance declinante da economia sul-africana durante os anos 1980 (Ambros, 2017, p. 111–114; 123–124; Gopaul; van der Lingen; Oosthuizen, 2024, p. 60–64, 68, 2025, p. 169). Ela se converteu em uma indústria menor e redimensionada para exportações e busca por integração na economia global, abandonando o modelo de isolamento que a caracterizou por décadas.

A principal entidade da indústria de defesa sul-africana é a entidade estatal *Armaments Development and Production Corporation* (ARMSCOR). Criada em 1968, ela operava com ampla autonomia administrativa e acesso privilegiado a recursos estratégicos, incluindo divisas internacionais, subsídios para pesquisa e desenvolvimento e empréstimos governamentais. Ao final da década de 1980, a ARMSCOR havia se consolidado como um dos maiores conglomerados industriais do país, empregando mais de 30 mil funcionários e articulando uma extensa rede produtiva que incluía

mais de duas mil empresas privadas diretamente envolvidas com o setor de defesa. Com a transição política e o fim do regime do apartheid, a corporação foi reestruturada em abril de 1992, resultando na criação de uma nova empresa pública, a Denel, subordinada ao Ministério de Empresas Públicas e responsável por absorver a maior parte das instalações de pesquisa e produção, mais de 15,5 mil empregados e os passivos de longo prazo da antiga corporação.

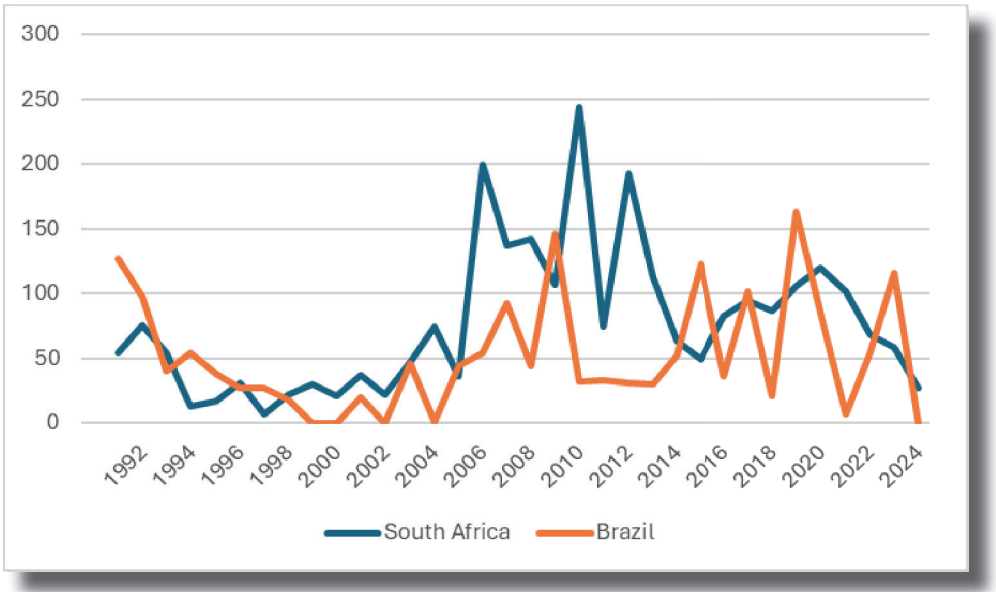
A ARMSCOR, por sua vez, permaneceu vinculada ao Departamento da Defesa, mantendo as funções de agência nacional de aquisições. Essa divisão alterou profundamente a lógica do mercado doméstico de defesa e rompeu com a relação permissiva estabelecida historicamente, entre o Estado e o setor privado, desde os anos 1960. Buscando maior eficiência econômica e competitividade comercial, a Denel conduziu um amplo processo de racionalização e reestruturação interna, incluindo redução de custos em pessoal e instalações, integração vertical de processos e diminuição de subcontratações, o que contribuiu para um mercado cada vez mais concentrado, no qual a empresa chegou a controlar até 48% de um setor em retração (Ambros, 2017, p. 123–126).

A retração das SANDF e da indústria de defesa sul-africana após 1994, pelo fim do Apartheid, somada à relativa redução de conflitos e forças armadas no pós-Guerra Fria, levou à perda de muitos trabalhadores altamente qualificados, como engenheiros e cientistas, da indústria de defesa. Em tentativa de conter esse processo, em 1999, o governo lançou um ambicioso programa de aquisição de armas, totalizando US$ 4,8 bilhões. O objetivo do *Strategic Defence Program* (SDP) era modernizar as SANDF, substituindo sistemas obsoletos da era do Apartheid por equipamentos modernos, incluindo corvetas, submarinos, caças de combate e helicópteros leves (Cawthra, 2005, p. 99–100; Gopaul; van der Lingen; Oosthuizen, 2024, p. 71–72; Heinecken, 2020, p. 24). No entanto, o projeto foi rapidamente envolvido em controvérsias e alegações de corrupção, manchando a reputação do programa e gerando um intenso escrutínio público e político que se arrastou por anos (Matthews; Koh, 2021, p. 259–260). Novos programas posteriores foram lançados com ênfase em compensações locais pós-aquisição (offset), em que a ARMSCOR favoreceu contratos com empresas estrangeiras que tinham como contrapartida a subcontratação da Denel ou outras empresas sul-africanas ou alguma transferência tecnológica. Com isso, seus principais objetivos eram a integração da indústria de defesa sul-africana com grandes conglomerados.

Fundamental para a reorientação do setor foi a criação, em 2015, do *National Defence Industry Council* (NDIC), como o principal órgão de coordenação estratégica entre o Estado, a indústria e o setor científico-tecnológico. Presidido pelo Ministro da Defesa, o conselho reúne representantes governamentais, empresariais e acadêmicos, atuando como fórum de formulação de políticas e supervisão. Entre as prioridades recentes do NDIC, estão a implementação do *Defence Industry Masterplan* (2022–2030) para a reestruturação de empresas estatais, ampliação de parcerias industriais e científicas e o estímulo às exportações de produtos de defesa (Ambros, 2017, p. 167; Gopaul; van der Lingen; Oosthuizen, 2024, p. 74).

Essa indústria de defesa se destaca por ter elevada capacidade técnica de inovação e expertise no desenvolvimento de sistemas de armamentos avançados, principalmente aéreos e terrestres, e comprovados em combate e relativamente baratos (Matthews; Koh, 2021, p. 251, 253). Essas características voltaram a impulsionar essa indústria entre 2000 e 2014, quando possuíam índices de exportação superiores aos brasileiros, como demonstra o Gráfico 2 abaixo.

Gráfico 2 - Comparativo de exportações entre Brasil e África em TIV, 1994-2024.



Fonte: SIPRI, 2025.

A análise das exportações dos itens e destinos de material de defesa sul-africanos, entre 2014 e 2024, revela uma clara predominância de veículos blindados, que correspondem a 78,6% das transações registradas. Aeronaves representam 16,1% das vendas, enquanto mísseis perfazem 5,4%. No recorte geográfico, observa-se que o continente africano absorveu 62,5% das transações, com destaque para Mali, Moçambique, Congo e Camarões. A Ásia constitui a segunda região mais relevante, com 28,6% das transações, sendo os Emirados Árabes Unidos, a Arábia Saudita e a Índia os principais destinatários. As Américas, com 3,6% das operações (Estados Unidos e Equador), e uma transação direcionada a uma organização internacional (União Africana, 1,8%) refletem esforços ainda incipientes de diversificação.

Temporalmente, a queda das exportações em 2014-2015 indica fim dos programas de compras com compensação de transferência tecnológica e auge da crise da administração Zuma por casos de corrupção nos contratos (Gopaul; van der Lingen; Oosthuizen, 2024, p. 76). Já a queda observada em 2020 é atribuída aos impactos da pandemia de COVID-19 (Matthews; Koh, 2021, p. 158, 258).

A indústria de defesa sul-africana é classificada como sendo de segundo escalão. Ou seja, apesar de ser a maior da África, ela depende de apoio governamental e atende a apenas parte das demandas militares, realizando adaptações e melhorias incrementais em tecnologias adquiridas externamente (Gopaul; van der Lingen; Oosthuizen, 2025, p. 169). Embora não concorra em pé de igualdade com as corporações globais, ela é caracterizada por nichos de excelência e inovação nas plataformas terrestres, com destaque para veículos blindados e artilharia de tubos, mísseis e sistemas eletrônicos, além da expertise em modernização e integração de plataformas aéreas e navais, mas não para seu desenvolvimento. Por isso, sua sustentabilidade tem como desafios o aumento do apoio governamental – desde que as vendas internacionais são 1,57 maiores que as para as SANDF (Matthews; Koh, 2021, p. 261) – e da integração sustentável com empresas estrangeiras para se manter competitiva (Gopaul; van der Lingen; Oosthuizen, 2024, p. 72–73).

Nesse contexto, a Denel busca integrar-se às cadeias de fornecimento de cooperações globais, como Leonardo, BAE Systems, Dassault, Gulfstream, Lockheed Martin, Rolls-Royce e

Saab. A cooperação entre a ARMSCOR e a Rosoboronexport procurou posicionar o país como polo continental de manutenção, reparo e revisão para equipamentos militares de origem soviético-russa, visando ampliar a capacidade produtiva e a relevância estratégica sul-africana no mercado de defesa africano (Gopaul; van der Lingen; Oosthuizen, 2025, p. 171; Matthews; Koh, 2021, p. 262–263). Este último ponto ajuda a explicar o equilíbrio complicado da política externa sul-africana com os russos na região. Além disso, parte do Oriente Médio se destaca como parceiro estratégico das empresas da África do Sul. Um exemplo dessa colaboração é a parceria com os Emirados Árabes Unidos no desenvolvimento de Sistemas Aéreos Remotamente Controlados (SARPs), demonstrando uma estratégia de diversificação de parcerias internacionais para alavancar suas capacidades tecnológicas.

Por fim, os efeitos somados da consolidação da reestruturação das instituições de defesa e da Guerra Russo-Ucraniana na expansão dos mercados regionais e internacionais de armas sugerem indícios de superação da volatilidade do setor industrial de defesa da África do Sul (Campbell, 2025). O último balanço da ARMSCOR aponta um salto nos saldos líquidos de US$ 266 mil em 2022 para recorrentes anuais previstos em torno de US$ 102 milhões entre 2024 e 2027 (África do Sul, 2025). Desde que a ARMSCOR é uma agência de aquisição e não uma empresa, a estabilização de suas receitas e redução de seus custos sugerem sua sustentabilidade.

Na prática, isso não elimina todos os gargalos na modernização das SANDF. As empresas sul-africanas são capazes de atender às demandas de desenvolvimento e manutenção de sistemas terrestres e outros componentes, como helicópteros, radares e mísseis. No entanto, não possuem aporte financeiro nem know-how tecnológico para atender às demandas da Marinha e de aviação de asa fixa, que seguirão em estágios avançados de obsolescência.

Nesse sentido, pode haver um potencial de complementaridade entre Brasil e África do Sul em defesa. Além de a força aérea da África do Sul operar Gripens, o Brasil instalou dois complexos navais, no Rio de Janeiro e em Santa Catarina, que correm o risco de perder know-how caso as conclusões dos programas de aquisição de submarinos classe Scorpene e fragatas classe Tamandaré não sejam substituídas por novos contratos e se tornem ociosas. Destaca-se ainda o protocolo de intenções entre Denel e Embraer para que os sul-africanos forneçam aeroestruturas, manutenção, reparo e revisão do KC-390 Millennium (Embraer, 2025).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo de caso sul-africano aponta pouco impacto da Guerra Russo-Ucraniana em termos de maior insegurança regional e incentivos à inovação militar. Isso decorre de dois elementos importantes, que podem trazer reflexões para o caso brasileiro.

O continente africano vem sendo marcado por padrões internacionais de multipolaridade com envolvimento estadunidense, russo e chinês desde antes de 2022. Isso somado às deficiências estruturais dos estados africanos para condução de guerras convencionais não produz ameaças regionais convencionais graves o suficiente para que se torne urgente a aceleração de reformas em defesa pelo Parlamento da África do Sul e se resolva a falta de seu financiamento.

Neste sentido, embora o contexto sul-americano seja distinto, ele cria (des)incentivos sistêmicos similares aos da África Austral. Embora os estados sul-americanos sejam mais bem estruturados, eles também possuem relevantes limitações em capacidades militares e são uma área de projeção de poder mais distante de Rússia e China. Assim, ainda que o entorno estratégico brasileiro seja distinto do sul-africano, ambos têm impactos similares de elevada incerteza e difícil posicionamento

equilibrado entre as grandes potências, e não possuem ameaças estatais latentes às suas fronteiras e Atlântico Sul. As vantagens econômicas e militares de Brasil e África do Sul em comparação com seus vizinhos geram incentivos negativos para modernização em defesa, "empurrando para frente" decisões cruciais em direção a avanços ou recuperação de efetividade militar operacional.

Por outro lado, uma grande distinção do caso sul-africano é a baixa capacidade de inovações militares, que não deve ser confundida com leniência. A África do Sul passou por uma transformação de todo seu aparato estatal de segurança e defesa, que ainda se encontra incompleta. Mas é importante ressaltar que, apesar de necessárias, as reformas em curso vêm provocando instabilidades políticas e institucionais. Nesse sentido, parece existir um outro paralelo possível com o Brasil. As autoridades políticas responsáveis em última instância pelas decisões de defesa em democracias jovens demandam níveis mais elevados de estabilidade institucional e convergência entre forças partidárias. Caso contrário, mesmo em regimes políticos distintos – presidencialista ou parlamentarista, elas têm equivalentes dificuldades de formular diretrizes e mobilizar vontade política para executá-las.

Nesse sentido, a África do Sul não deu a devida prioridade e tempo para que as reformas para superação do Apartheid fossem consolidadas antes de estabelecer novas missões e desdobramentos contínuos das SANDF, sem as devidas condições orçamentárias e operacionais para isso. Como consequências, as sucessivas reformas levaram ao desgaste e paralisia institucionais: o Departamento de Defesa não foi capaz de atender à política de defesa nos últimos dez anos e as SANDF atualmente operam, e com dificuldades, apenas dentro de suas fronteiras.

Apesar disso, é relevante ressaltar que a África do Sul enfrenta desafios políticos, sociais e econômicos substancialmente mais significativos do que os do Brasil. Fazendo uma breve comparação de indicadores econômicos, a África do Sul apresenta um PIB que é cinco vezes inferior ao do Brasil, um PIB per capita que é 40% menor, uma expansão econômica projetada para 2024 que é cinco vezes menor e possui um terço de sua população ativa desempregada (World Bank Open Data, 2025). Entretanto, é pertinente destacar que ela criou uma institucionalidade governamental para defesa — no que se refere a agências e departamentos presidenciais e parlamentares voltados para a formulação e a gestão — em bases mais sólidas e em prazos mais curtos que o Brasil parece ser capaz de superar.

REFERÊNCIAS

ÁFRICA DO SUL. **Armaments Corporation of South Africa SOC Ltd (ARMSCOR) - Financial**. [S. l.], 2025. Disponível em: https://nationalgovernment.co.za/units/financial/74/armaments-corporation-of-south-africa-soc-ltd-armscor?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 30 out. 2025.

AGÊNCIA BRASIL. **Brasil e África do Sul firmam entendimento para intercâmbio educacional e de pesquisa.** [S. l.], 2024. Noticia. Disponível em: https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202404/atos-adotados-por-ocasiao-da-visita-da-ministra-de-relacoes-internacionais-e-cooperacao-da-africa-do-sul-naledi-pandor. Acesso em: 1 dez. 2025.

ALDEN, Chris; SCHOEMAN, Maxi. Being Africa's BRIC(S): South Africa's foreign policy turn from "Neo-Liberalism" to the "New Era". **The South African Journal of international affairs,** [s. l.], v. 32, n. 1–2, p. 71–90, 2025.

ALDEN, Chris; SCHOEMAN, Maxi. South Africa's symbolic hegemony in Africa. **International politics (Hague, Netherlands)**, London, v. 52, n. 2, p. 239–254, 2015.

ALDEN, Chris; VIEIRA, Marco Antonio. The new diplomacy of the South: South Africa, Brazil, India and trilateralism. **Third World Quarterly**, [s. l.], v. 26, n. 7, p. 1077–1095, 2005.

ALDEN, Chris; WU, Yu-Shan (org.). **South Africa–China Relations: A Partnership of Paradoxes**. Cham: Springer International Publishing, 2021. Disponível em: https://link.springer.com/10.1007/978-3-030-54768-4. Acesso em: 25 out. 2025.

AMBROS, Christiano Cruz. **Base industrial de defesa e arranjos institucionais : África do Sul, Austrália e Brasil em perspectiva comparada**. 2017. Tese de doutorado - UFRGS, Porto Alegre, 2017. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/157043. Acesso em: 5 ago. 2018.

BESLEY, Timothy; REYNAL-QUEROL, Marta. The Legacy of Historical Conflict: Evidence from Africa. **American Political Science Review**, [s. l.], v. 108, 2012.

BOLLINGER, Lennart. **Apartheid's black soldiers: Un-national wars and militaries in Southern Africa**. Athens: Ohio University Press, 2023. Disponível em: https://www.ohioswallow.com/9780821425114/apartheids-black-soldiers/. Acesso em: 2 dez. 2025.

BORTOLI, Tiago de; PELLICCIOLI, Rafaella. A COOPERAÇÃO SUL-SUL E O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO EM DEFESA: O CASO DO MÍSSIL A-DARTER. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, [s. l.], v. 4, n. 7, 2019. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/rbea/article/view/90385. Acesso em: 2 dez. 2025.

BRASIL. **Decreto Legislativo no 784, de 2005**. [S. l.]: Câmara dos Deputados, 2005. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2005/decretolegislativo-784-8-julho-2005-537755-norma-pl.html. Acesso em: 1 dez. 2025.

BRASIL. **Diário da Câmara dos Deputados**. [S. l.]: Câmara dos Deputados, 2003. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2005/decretolegislativo-784-8-julho-2005-537755-norma-pl.html. Acesso em: 1 dez. 2025.

CAMPBELL, Rebecca. **New defence review needed to tackle widening SANDF funding and capacity gaps**. [S. l.], 2025. Disponível em: https://www.engineeringnews.co.za/article/new-defence-review-needed-to-tackle-widening-sandf-funding-and-capacity-gaps-2025-03-07. Acesso em: 3 set. 2025.

CAWTHRA, Gavin. Security Governance in South Africa. **African Security Review**, [s. l.], v. 14, n. 3, p. 95–105, 2005.

COSTA, Murilo Gomes da. South Africa as a Leading Regional Power in Africa? An Analysis of the Implementation of the African Union, Auda-Nepad and Agenda 2063. **Revista Brasileira de Política Internacional**, [s. l.], v. 66, p. e019, 2023.

DINCECCO, Mark; FENSKE, James; ONORATO, Massimiliano. Is Africa Different? Historical Conflict and State Development. **Economic History of Developing Regions**, [s. l.], v. 34, p. 1–42, 2019.

DUARTE, Érico. Securing the South Atlantic: in Favour of a Revised Brazilian Maritime Strategy. In: SMITH-WINDSOR, Brroke (org.). **Enduring NATO, Rising Brazil**. Rome: NATO Defence College, 2015.

EMBRAER. **Embraer and Denel sign MoU to cooperate on the KC- 390 Millennium**. [S. l.], 2025. Disponível em: https://www.embraer.com/media-center/en/. Acesso em: 2 dez. 2025.

ESTERHUYSE, Abel. The domestic deployment of the military in a democratic South Africa: Time for a debate. **African security review**, Abingdon, v. 28, n. 1, p. 3–18, 2019.

FAGBADEBO, Omololu; NETSWERA, Fulufhelo Godfrey. South Africa in BRICS: A Review of Asymmetric Power Relations in an Intercontinental Group. **Journal of African Foreign Affairs**, London, v. 9, n. 2, p. 45–67, 2022.

GIL ANALYTICS. **South Africa Macroeconomic Overview** 2024. Disponível em: https://gilanalytics.com. Acesso em: 28 out. 2025.

GOPAUL, Kevin; VAN DER LINGEN, Elma; OOSTHUIZEN, Rudolph. Reflecting on the Rise and Decline of the South African Defence Industry. **Scientia Militaria: South African Journal of Military Studies**, [s. l.], v. 52, n. 1, p. 59–86, 2024.

GOPAUL, Kevin; VAN DER LINGEN, Elma; OOSTHUIZEN, Rudolph. The South African Defence industry: A contemporary comparative analysis of its second tier nature. **African Security Review**, [s. l.], v. 34, n. 2, p. 168–187, 2025.

HAMIL, James. **Africa's Lost Leader: South Africa's continental role since apartheid**. London: Routledge, 2016. v. 56

HEINECKEN, Lindy. **South Africa's Post-Apartheid Military: Lost in Transition and Transformation**. Cham: Springer International Publishing, 2020. (Advanced Sciences and Technologies for Security Applications). Disponível em: http://link.springer.com/10.1007/978-3-030-33734-6. Acesso em: 16 out. 2025.

HEYDENRYCH, Ernst. Re-evaluating Oversight of South African Defence Procurement: Can Combined Assurance Help Extract Full Accountability from the Department of Defence?. **Scientia Militaria**: **South African Journal of Military Studies**, [s. l.], v. 52, n. 2, p. 25–51, 2024.

HURRELL, Andrew. The politics of South Atlantic security: a survey of proposals for a South Atlantic Treaty Organization. **International Affairs**, [s. l.], v. 59, n. 2, p. 179–193, 1983.

IISS. **Military Balance**. London: Routledge, 2025a.

IISS. **The rift in US–South Africa relations**. [S. l.], 2025b. Disponível em: https://www.iiss.org/publications/strategic-comments/2025/09/the-rift-in-us-south-africa-relations/. Acesso em: 1 nov. 2025

LAMMICH, Georg. China's evolving security engagement in Africa: Policies, strategies, and implications. **European Journal of International Security**, [s. l.], p. 1–18, 2025.

MANDRUP, Thomas. An uncertain future: South Africa's national defence force caught between foreign-policy ambitions and domestic development. **Journal of Eastern African studies**, Nairobi, v. 12, n. 1, p. 136–153, 2018.

MAPHAKA, Dominic; RAPANYANE, Makhura B.; NKUNA, Vongani Muhluri. The Limitations and Implications of Russia-South Africa Relations: An Afro-Decolonial Critique. **Journal of African Foreign Affairs**, [s. l.], v. 11, n. 3, p. 143–162, 2024.

MASTERS, Lesley; LANDSBERG, Chris. South Africa Foreign Policy and the National Interest: Which interest?. **Revista Brasileira de Política Internacional**, [s. l.], v. 67, n. 2, p. e017, 2024.

MATTHEWS, Ron; KOH, Collin. The decline of South Africa's defence industry. **Defense & Security Analysis**, [s. l.], v. 37, n. 3, p. 251–273, 2021.

NATIONAL TREASURE. **Estimates of National Expenditure**. [S. l.]: [s. d.], 2024.

NEETHLING, Theo. Russian Para-Military Operations in Africa: The Wagner Group as a De Facto Foreign Policy Instrument. **Scientia Militaria: South African Journal of Military Studies**, [s. l.], v. 51, n. 1, p. 1–23, 2023.

NEETHLING, Theo. South Africa and AFRICOM: Reflections on a lukewarm relationship. **The South African journal of international affairs**, Abingdon, v. 22, n. 1, p. 111–129, 2015.

PRINSLOO, Barend Louwrens. South Africa's efforts to Project Influence and Power in Africa. **Strategic review for southern Africa = Strategiese oorsig vir suider-Africa**, Pretoria, v. 41, n. 1, p. 23–53, 2019.

SCHUTZ, Nathaly; PINTO, Danielle. **O papel dos condicionantes domésticos na projeção de poder: Angola e África do Sul.** Porto Alegre: [s. d.], 2025.

SEABRA, Pedro; SANCHES, Edalina Rodrigues. South–South cohesiveness versus South–South rhetoric: Brazil and Africa at the UN General Assembly. **International politics (Hague, Netherlands)**, London, v. 56, n. 5, p. 585–604, 2019.

SILVA, Igor Castellano da. Explaining **Co-operation and Conflict in Southern Africa: State-building**, Foreign Policy and Regional Order. Contexto Internacional, [s. l.], v. 38, p. 567–591, 2016.

SILVA, Igor Castellano da. **O Modo Africano de Fazer a Guerra: A Guerra Proxy Irregular Regionalizada**. Dados, [s. l.], v. 65, p. e20190197, 2022.

SIPRI. **Trends in International Arms Transfers**, 2024. Fact Sheet, Março 2025. Disponível em: https://www.sipri.org/sites/default/files/2025-03/fs_2503_at_2024_0.pdf. Acesso em: 28 out. 2025.

SOLOMON, Hussein. Combating Islamist radicalisation in South Africa. **African Security Review**, [s. l.], v. 23, n. 1, p. 17–33, 2014.

SPEKTOR, Matias. In Defense of the Fence Sitters. **Foreign Affairs**, [s. l.], v. 102, n. 3, 2023. Disponível em: https://www.foreignaffairs.com/world/global-south-defense-fence-sitters. Acesso em: 28 out. 2025.

STAPLETON, Timothy J. **A Military History of South Africa: From the Dutch-Khoi Wars to the End of Apartheid**. Santa Barbara, Calif: Praeger, 2010.

TEIXEIRA, Carlos Gustavo Poggio; MELO, Daniella da Silva Nogueira de. NATO and the South Atlantic. **Conjuntura Austral**, [s. l.], v. 10, n. 51, p. 82–108, 2019.

UNITED NATIONS. **Contributions to United Nations Peacekeeping Operations by Country and Post** (as of 31 March 2024). New York: United Nations Peacekeeping, 2024. Disponível em: https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/01_contributions_to_un_peacekeeping_operations_by_country_and_post_72_march_2024.pdf. Acesso em: 28 out. 2025.

VISENTINI, Paulo. **Brazilian Policy to Africa and the South Atlantic Geopolitcs**. In: COMMUNAUTÉS ATLANTIQUES: ASYMETRIES ET CONVERGENCES. Québec: Éditions IEIM, 2012. p. 79+112.

VISUAL CAPITALIST. **Global GDP per Capita 2024**. Disponível em: https://www.visualcapitalist.com. Acesso em: 28 out. 2025.

VOZ DA ÁFRICA. **Relatório Econômico Continental 2025**. Disponível em: https://avozdaafrica.com. Acesso em: 28 out. 2025.

WAAG, Ian. **A Military History of Modern South Africa**. 1. ed. Havertown: Casemate, 2018.

WHATLEY, Warren. How the International Slave Trades Underdeveloped Africa. **The Journal of Economic History**, [s. l.], v. 82, p. 1–39, 2022.

WILLIAMS, Paul D. Multilateral counterinsurgency in East Africa. **Small Wars & Insurgencies**, [s. l.], v. 0, n. 0, p. 1–30, 2024.

WORLD BANK OPEN DATA. **South Africa**. [S. l.], 2025. Disponível em: https://data.worldbank.org. Acesso em: 30 out. 2025.

YCHARTS. S**outh Africa Real GDP Growth Rate (2021–2024)**. Disponível em: https://ycharts.com. Acesso em: 28 out. 2025.